

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.490.578 - DF (2019/0124228-8)**

**RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**  
**AGRAVANTE : HIAGO BARBOSA VASCONCELOS**  
**ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL**  
**AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto por HIAGO BARBOSA VASCONCELOS em adversidade à decisão que inadmitiu recurso especial manejado contra acórdão do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, cuja ementa é a seguinte (e-STJ fls. 298/299):

*APELAÇÃO CRIMINAL. PENAL. AMEAÇA. LESÃO CORPORAL. ÂMBITO DOMÉSTICO. NULIDADE DA SENTENÇA. PRINCÍPIO DA IDENTIDADE FÍSICA DO JUIZ. PRELIMINAR REJEITADA. AUTORIA E MATERIALIDADE DEMONSTRADAS. PALAVRA DA VÍTIMA CORROBORADA POR OUTROS ELEMENTOS DE PROVA. ABSOLVIÇÃO. INVIABILIDADE. DOSIMETRIA DA PENA. SEGUNDA FASE. AGRAVANTE. PRESENÇA. AUMENTO EXACERBADO. REDUÇÃO. CONTEXTO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONFIGURADO. APELO PARCIALMENTE PROVIDO.*

*1. O princípio da identidade física do juiz não é absoluto, podendo ser mitigado quando o magistrado que presidiu e encerrou a instrução encontrava-se em uma das situações excepcionais enumeradas no art. 132 do Código de Processo Civil - férias, caso em que a prolação da sentença, pelo magistrado em exercício na Vara, não viola o aludido princípio.*

*2. Devidamente apuradas a autoria e materialidade dos crimes de lesões corporais e de ameaça em contexto de violência doméstica e familiar contra a mulher, não há que se falar em absolvição por insuficiência de provas.*

*3. A vítima ratificou em juízo as declarações prestadas na fase inquisitorial, descrevendo de forma detalhada que o seu companheiro a ameaçou dizendo que iria matá-la e que iria atear fogo em sua casa, bem como, desferiu tapas, chutes, e a agrediu com um pedaço de pau, causando as lesões descritas no laudo pericial. Sendo o depoimento da vítima corroborado pelas demais provas produzidas nos autos, a condenação criminal é medida que se impõe.*

*4. Conquanto não se disponha de critérios legais previamente definidos para a valoração de circunstância agravante, a jurisprudência dos Tribunais Superiores vem adotando o coeficiente de 1/6 (um sexto) como ideal para valoração. Assim, demonstrado nos autos que a pena*

*cominada ao crime de ameaça foi agravada em patamar excessivo, sem fundamentação idônea, procede-se a sua readequação, com a incidência da fração de 1/6 (um sexto).*

**5.RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.**

Nas razões do recurso especial, fundado na alínea "a" do permissivo constitucional, alega a parte recorrente violação do artigo 386, inciso VII, do CPP. Sustenta que a sua condenação tem lastro exclusivo nas declarações da vítima, sendo, portanto, insuficiente a prova produzida nos autos para a edição do decreto condenatório.

Apresentadas contrarrazões (e-STJ fls. 338/342), o Tribunal *a quo* não admitiu o recurso especial (e-STJ fls. 344/346), tendo sido apresentado o presente agravo.

O Ministério Público Federal, instado a se manifestar, opinou pelo não provimento do recurso (e-STJ fls. 374/380).

É o relatório. **Decido.**

Preenchidos os requisitos formais e impugnado o fundamento da decisão agravada, conheço do agravo.

O recurso não merece acolhida.

O Tribunal *a quo*, ao manter a condenação do acusado pela prática dos crimes de ameaça e lesão corporal, consignou (e-STJ fls. 305/316):

[...]

*No que tange ao crime de lesão corporal, a Defesa sustenta a insuficiência de provas. Entretanto, verifico que o decreto condenatório deve ser mantido por seus próprios fundamentos.*

*Com efeito, a materialidade do crime de lesão corporal em contexto de violência doméstica ficou evidenciada pela Comunicação de Ocorrência Policial (fls. 5/6), Termo de Representação (fl. 7), Termo de Requerimento (fl. 8), Termo de Declaração (fl. 9), Termo de Requerimento de Medidas Protetivas (fl. 10), Relatório Médico (fls. 13/14v), Laudo de Exame de Corpo de Delito Indireto (fls. 57/58) e pelas provas orais coligidas nos autos.*

*De igual forma, a autoria encontra-se devidamente demonstrada, em especial pela prova oral coligida aos autos, corroborada por outros*

*elementos de prova.*

*Com efeito, para a configuração da lesão corporal é suficiente a comprovação de qualquer conduta que ofenda a integridade física ou saúde corporal da vítima. No caso dos autos, a vítima Luzinete Barbosa de Almeida, ratificou em juízo as declarações prestadas na fase inquisitorial (fls. 9 e 175), descrevendo de forma detalhada como o réu a agrediu com chutes e tapas em várias partes do corpo.*

*Destarte, apesar das alegações da defesa, que pugna pela absolvição do réu por insuficiência probatória, as provas produzidas nos autos são suficientes para confirmar a autoria do delito a ele imputado, em especial, pela relevância da palavra da vítima nos crimes praticados no âmbito da violência doméstica e familiar contra a mulher, sobretudo quando ratificada por outros elementos de provas constantes dos autos.*

*[...]*

*O réu foi intimado para audiência. Todavia, não compareceu para dar sua versão sobre os fatos, motivo pelo qual decretada a sua revelia (fl. 169).*

*Extraí-se dos autos que a vítima afirmou à autoridade policial que o réu praticou o crime de lesões corporais na forma a seguir transcrita (fl. 9):*

*"Por volta das 08h00min do dia 05/12/2015, foi ameaçada , agredida fisicamente, injuriada e teve alguns objetos de sua propriedade danificados e furtados por seu ex-namorado, HIAGO BARBOSA VASCONCELOS e por sua ex-cunhada, FABIANE BARBOSA VASCONCELOS. A comunicante informa que teve um relacionamento amoroso com HIAGO que perdurou por seis (06) meses. Tal relacionamento chegou ao fim, pois HIAGO é uma pessoa descontrolada emocionalmente e, por diversas vezes, violenta. Também afirma que já foi agredida por ele em outra ocasião, mas optou por não registrar ocorrência policial. Acrescenta que, mesmo com o fim do relacionamento, mantinha contato amigável com HIAGO, chegando a emprestar um celular de sua propriedade a ele. Porém, no dia de hoje, 05/12/2015, HIAGO ligou para sua pessoa e disse que ela fosse pegar o celular de volta, pois não queria mais contato com ela. Assim, atendendo a solicitação, foi até a residência dele. Chegando lá, quando iniciado o diálogo com HIAGO, sem motivo relevante, ele iniciou uma série de xingamentos e ameaças; "SUA PIRANHA, VOU TE MATAR AGORA", "VOU ATEAR FOGO EM SUA CASA". No mesmo instante das agressões verbais, HIAGO começou a agredir fisicamente a sua pessoa, desferindo socos, chutes e pauladas (utilizando um pedaço de madeira que encontrou em via pública). Já FABIANE, quando percebeu desentendimento entre os dois, aderiu à conduta do irmão, ou seja, o ajudou nas agressões. FABIANE passou a empurrá-la e desferiu tapas em direção ao seu corpo. Mas os atos de FABIANE não se*

*resumiram a agressões físicas, também xingou e ameaçou a sua pessoa, dizendo: "SAI DAQUI QUE EU VOU DEIXAR ELE TE MATAR, SUA VAGABUNDA", "VOU TE MATAR TAMBÉM". A declarante ressalta que, no decorrer das agressões por parte de HIAGO e FABIANE, os autores danificaram dois celulares da vítima. Segundo LUZINETE, eles pisotearam a bolsa de pertences dela, com intenção de destruir o que estivesse dentro. Também afirma que o outro celular, mesmo quebrado, foi subtraído pelos autores".*

*Sob o crivo do contraditório, a vítima confirmou, sem tergiversar, ter sido agredida pelo réu. Confira-se (mídia fl. 175):*

*"Disse a vítima que conviveu com o réu, por aproximadamente 6 a 8 meses, mas que não moravam juntos, namoravam e frequentavam a casa um do outro. Afirmou que no dia dos fatos havia brigado com o réu e que foi buscar o seu aparelho celular que se encontrava na casa deste. O réu encontrava-se bêbado e drogado e a irmã dele estava fazendo um 'frevo' na casa dele. Quando a depoente foi pegar o seu celular o réu pegou o telefone da depoente, quebrou e começou a agredi-la, tendo o réu dado um tapa na cara da depoente, o que fez com que caísse no chão. O réu ainda atingiu a depoente com chute e com um pedaço de pau, ficando marcas no corpo por muitos dias nas pernas e marcas de arranhões no pescoço. Disse que o réu desferiu dois chutes na cabeça da depoente. que o réu estava doido, rasgou a blusa da depoente e a arrastou pelo asfalto, arranhando o seu joelho, ficando um hematoma por aproximadamente 30 dias para cicatrizar e que ninguém a defendeu. Esclareceu a depoente que o réu já havia a ameaçado de morte antes, mas que o réu e sua mãe pediam desculpas e acabava voltando, pois gostava da família do réu.. Afirmou a testemunha que na data dos fatos em apuração o réu a ameaçou, dizendo: "eu vou te matar sua desgraça, eu vou queimar sua casa" e que esta ameaça a deixou com medo, pois o réu já havia apedrejado a casa dela uma vez, tendo na referida data quebrado o portão e que a partir desta data não teve mais contato com o réu. A depoente ligou para os policiais que a levaram para o hospital, tendo a depoente registrado a ocorrência policial, mas não chegou a realizar o exame de corpo de delito, pois não poderia se afastar do trabalho para realizar o exame.*

*Cumpre gizar que o depoimento da ofendida é coincidente e revela dinâmica compatível com as lesões descritas no exame pericial, não restando dúvida quanto à prática delitiva.*

*O aparelho celular, mencionado pela vítima em seu depoimento, foi apreendido já danificado, conforme consta do Auto de Apresentação e Apreensão (fl. 11). As avarias foram certificadas em laudo pericial (fls. 74/76), o que corrobora o depoimento apresentado pela vítima.*

*Embora a ofendida não tenha sido examinada diretamente no instituto*

*de medicina legal, foi realizado Laudo de Exame de Corpo de Delito Indireto, no qual se concluiu que ela sofreu ofensa à integridade corporal, resultando lesões contusas (fls. 57/58).*

*Referido laudo foi elaborado com base na Guia de Atendimento Médico nº 16143857/15, do Hospital Regional de Planaltina, local onde foi atendida a vítima após as agressões. Segundo consta na guia, a pericianda queixava-se de "(...) cefaléia, tontura e náusea. Apresentava-se ao exame físico, com 'Trauma Joelho D (escoriação local), Trauma mão E e D. (...) Avaliação pela ortopedia afastou fratura em joelho, firmando hipótese diagnóstica de contusão em joelho direito" (fl. 57v).*

*Desse modo, a alegação da Defesa de insuficiência de provas não merece prosperar, porque as declarações prestadas pela vítima, em momentos diferenciados e após certo lapso temporal (05/12/2015 e 16/08/2017), narram de forma harmônica os fatos, as agressões por ela sofridas, em um contexto que gerou medo, transtornos e abalo emocional.*

*Consigne-se, ainda, que, no caso em questão, não se vislumbra qualquer razão para que a vítima procurasse imputar falsamente ao réu um delito que não cometeu.*

*Além disso, segundo entendimento assentado na jurisprudência desta Corte de Justiça, em delitos praticados no âmbito familiar, a palavra da vítima possui fundamental importância, podendo, validamente, lastrear a prolação de um decreto condenatório, máxime quando as lesões corporais imputadas estão positivadas na prova pericial.*

*Assim, a alegação de que as provas acostadas nos autos são frágeis não prospera. O depoimento da vítima, de forma harmônica e coesa, corroborado pelas demais provas produzidas nos autos mostra-se suficiente para imputar ao apelante a prática do crime de lesão corporal, em contexto de violência doméstica, pois, sem justo motivo, agrediu sua ex-companheira Luzinete Barbosa de Almeida com tapas e chutes, resultando nas lesões corporais identificadas no Laudo de Exame de Corpo de Delito Indireto.*

*De todo o exposto, porquanto provadas a autoria e a materialidade do crime de lesão corporal imputado ao réu, correta se afigura a sua condenação nos termos dos artigos 129, § 9º, do Código Penal, na forma dos artigos 5º e 7º da Lei 11.340/06 (lesão corporal e ameaça em contexto de violência doméstica). Logo, a manutenção do decreto condenatório é medida que se impõe.*

#### **DA MATERIALIDADE E DA AUTORIA DO CRIME DE AMEAÇA**

*No que toca ao mérito do recurso, em que pesem o pleito defensivo, do atento cotejo dos elementos probatórios que instruem os autos, verifico que o decreto condenatório deve ser mantido por seus próprios fundamentos.*

*Com efeito, a materialidade do crime de ameaça em contexto de violência doméstica ficou evidenciada pela Comunicação de Ocorrência Policial (fls. 5/6), Termo de Representação (fl. 7), Termo*

*de Requerimento (fl. 8), Termo de Declaração (fl. 9), Termo de Requerimento de Medidas Protetivas (fl. 10), Relatório Médico (fls. 13/14v), Laudo de Exame de Corpo de Delito Indireto (fls. 57/58) e pelas provas orais coligidas nos autos. De igual forma, a autoria encontra-se devidamente demonstrada, em especial pela prova oral coligida nos autos.*

*A vítima afirmou à autoridade policial que o réu praticou o crime de ameaça na forma descrita na denúncia. Confira-se (fl. 9):*

*"Por volta das 08h00min do dia 05/12/2015, foi ameaçada , agredida fisicamente, injuriada e teve alguns objetos de sua propriedade danificados e furtados por seu ex-namorado, HIAGO BARBOSA VASCONCELOS e por sua ex-cunhada, FABIANE BARBOSA VASCONCELOS. A comunicante informa que teve um relacionamento amoroso com HIAGO que perdurou por seis (06) meses. Tal relacionamento chegou ao fim, pois HIAGO é uma pessoa descontrolada emocionalmente e, por diversas vezes, violenta. Também afirma que já foi agredida por ele em outra ocasião, mas optou por não registrar ocorrência policial. Acrescenta que, mesmo com o fim do relacionamento, mantinha contato amigável com HIAGO, chegando a emprestar um celular de sua propriedade a ele. Porém, no dia de hoje, 05/12/2015, HIAGO ligou para sua pessoa e disse que ela fosse pegar o celular de volta, pois não queria mais contato com ela. Assim, entendendo a solicitação, foi até a residência dele. Chegando lá, quando iniciado o diálogo com HIAGO, sem motivo relevante, ele iniciou uma série de xingamentos e ameaças; "SUA PIRANHA, VOU TE MATAR AGORA", "VOU ATEAR FOGO EM SUA CASA". No mesmo instante das agressões verbais, HIAGO começou a agredir fisicamente a sua pessoa, desferindo socos, chutes e pauladas (utilizando um pedaço de madeira que encontrou em via pública). Já FABIANE, quando percebeu desentendimento entre os dois, aderiu à conduta do irmão, ou seja, o ajudou nas agressões. FABIANE passou a empurrá-la e desferiu tapas em direção ao seu corpo. Mas os atos de FABIANE não se resumiram a agressões físicas, também xingou e ameaçou a sua pessoa, dizendo: "SAI DAQUI QUE EU VOU DEIXAR ELE TE MATAR, SUA VAGABUNDA", "VOU TE MATAR TAMBÉM". A declarante ressalta que, no decorrer das agressões por parte de HIAGO e FABIANE, os autores danificaram dois celulares da vítima. Segundo LUZINETE, eles pisotearam a bolsa de pertences dela, com intenção de destruir o que estivesse dentro. Também afirma que o outro celular, mesmo quebrado, foi subtraído pelos autores".*

*Em depoimento bastante seguro, sob o crivo do contraditório, a vítima confirmou que o réu ameaçou causar-lhe mal injusto e grave, dizendo que iria matá-la. Confira-se (mídia fl. 175):*

*"Disse a vítima que conviveu com o réu, por aproximadamente 6 a 8 meses, mas que não moravam juntos, namoravam e*

*frequentavam a casa um do outro. Afirmou que no dia dos fatos havia brigado com o réu e que foi buscar o seu aparelho celular que se encontrava na casa deste. O réu encontrava-se bêbado e drogado e a irmã dele estava fazendo um 'frevo' na casa dele. Quando foi pegar o celular o réu pegou o telefone da depoente e quebrou e começou a agredir a depoente, deu um tapa na cara, que a depoente caiu no chão, atingiu a depoente com chute e com um pedaço de pau, ficando marcas no corpo por um período nas pernas, marcas de arranhões no pescoço, tendo dado dois chutes na cabeça da depoente. Disse a depoente que o réu estava doido, rasgou a blusa da depoente e a arrastou no asfalto, arranhando o seu joelho, ficando um hematoma por aproximadamente 30 dias para cicatrizar e que ninguém a defendeu. Esclareceu a depoente que o réu já havia a ameaçado de morte antes, mas que o réu e sua mãe pediam desculpas e acabava voltando, pois gostava da família do réu.. Afirmou a testemunha que na data dos fatos em apuração o réu a ameaçou, dizendo: "eu vou te matar sua desgraça, eu vou queimar sua casa" e que esta ameaça a deixou com medo, pois o réu já havia apedrejado a casa dela uma vez, tendo na referida data quebrado o portão e que a partir desta data não teve mais contato com o réu. A depoente ligou para os policiais que a levaram para o hospital, tendo a depoente registrado a ocorrência policial, mas não chegou a realizar o exame de corpo de delito, pois não poderia se afastar do trabalho para realizar o exame" (g.n.)*

*O réu foi intimado, mas não compareceu à audiência, motivo pela qual decretada a sua revelia (fl. 169).*

*Nada existe para subtrair a credibilidade da prova oral colhida. Sabidamente, nos crimes de violência doméstica, a palavra da vítima e das testemunhas a ela próximas é de vital importância para provar o delito, até mesmo porque, muitas vezes, inexistentes outros meios de provas. Não evidenciado nos autos qualquer motivo para considerar falsa a imputação. Aliás, a vítima consignou que possuía bastante apreço pela família do réu, motivo pelo qual o havia perdoado em momentos anteriores.*

*[...]*

*As palavras ameaçadoras ditas pelo réu foram capazes de causar à vítima fundado temor, o que coaduna com a sua conduta de se dirigir à Delegacia de Polícia para narrar o ocorrido e requerer as providências cabíveis, bem como o fato de não ter tido mais contato com o réu desde então.*

*Verifica-se, portanto, que o acusado efetivamente ameaçou a vítima, por meio de palavras, de causar-lhe mal injusto e grave, dizendo que "eu vou te matar sua desgraça, eu vou queimar sua casa", caracterizando perfeitamente o delito do artigo 147, "caput", do Código Penal.*

*Assim, comprovadas de forma clara e irrefutável a materialidade e a*

*autoria do delito de ameaça, impõe-se, efetivamente, a manutenção da condenação, tal como lançada no ato sentencial.*

[...]

Ora, rever os fundamentos utilizados pela Corte de origem, para concluir pela absolvição, em razão da ausência de prova concreta, como requer a parte agravante, importa revolvimento de matéria fático-probatória, vedado em recurso especial, segundo óbice da Súmula n. 7/STJ.

Ante o exposto, com fundamento no art. 932, inciso III, do CPC, c/c o art. 253, parágrafo único, inciso II, alínea "a", do RISTJ, **conheço** do agravo para **não conhecer** do recurso especial.

Intimem-se.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA  
Relator